

Amazônia vista de longe

Marcus Cremonese

Em setembro do ano passado, a seção australiana da Anistia Internacional, através de posters, folhetos e diversas outras atividades, lançou neste país uma campanha de denúncia da violação de direitos humanos que vem sendo praticada no Brasil, sob a forma de opressão, ameaças, seqüestro e morte de pequenos lavradores e trabalhadores rurais, com evidente tolerância de autoridades. Naquele mesmo mês, a Anistia divulgou internacionalmente o documento que contém dados oficiais, recolhidos por seus enviados ao Brasil, que relaciona, em meio a dezenas de depoimentos e fotografias, 571 assassinatos de trabalhadores, como resultado dessa violência. E revela um número surpreendente: apenas dois pistoleiros já foram julgados e nenhum mandante foi sequer levado a julgamento por esses crimes.

Desenterrando a afirmação do sr. Paulo Brossard, feita nessa mesma época, de que "é muito fácil falar de direitos humanos lá do outro lado do Atlântico", acrescento que para mim é muito mais fácil ainda porque estou escrevendo de bem além do Atlântico, do Pacífico e do Índico: resido em Sydney desde 1983. Difícil mesmo é ter que acreditar que, de novo, e através desse mesmo tema — direitos humanos —, o Brasil venha a ocupar quase que diariamente as páginas da imprensa internacional, jogado no mesmo espaço editorial — para não dizer vala comum — que reúne Turquia, Haiti, Laos, Ghana, Sri Lanka etc.

Há pouco tempo, muitos dos postes e muros de Sydney ostentavam posters convidando para um encontro público a ser realizado no Museu Australiano, promovido por um Grupo de Ação em Defesa das Florestas, sediado em Sydney, sob o título: **Amazônia, um assunto pegando fogo!** Embora a maioria do território australiano seja um vasto deserto arenoso, é interessante notar que esta entidade tem 47 núcleos espalhados pelo país.

Resolvi então visitar na véspera o escritório da Anistia, já que um de seus membros estaria falando no encontro. A minha primeira reação foi de surpresa com o volume de material escrito que me foi mostrado durante a conversa de quase duas horas que tive com dois dos seus representantes. Segundo eles, esse escritório expediu no início da campanha cerca de 100 cartas dirigidas a todas as entidades sindicais e patronais da Austrália, ligadas ao campo; em seguida, essas mesmas entidades foram visitadas por membros da Anistia. Em suas respostas, os líderes consultados expressam sua preocupação quanto ao caso do Brasil e todos eles escreveram ou para Brasília ou para o embaixador brasileiro em Camberra, diretamente ou através da própria Anistia. O escritório de Sydney continua recebendo cartas de apoio de dezenas de outras associações, igrejas, escolas, e também de indivíduos; cópias dessa correspondência foram remetidas para a nossa embaixada. Mas esses mesmos funcionários lamentam informar que até o momento não receberam qualquer resposta dos empregados diplomáticos que o Brasil mantém aqui.

Cerca de outra centena de cartas da Anistia foram mandadas para o Brasil, para todos os governadores de estado, senadores e deputados das regiões Norte e Centro-Oeste, e também para as prefeituras municipais da área geográfica da matacanga, registrando a crescente apreensão pela omissão do governo diante de um número tão grande de mortes de seres humanos — no caso, brasileiras e brasileiros.

Aqui sim — volto a lembrar outra afirmação de Brossard —, através do escritório dessa "entidade inidônea" (sic), me foi muito fácil conhecer números, opiniões e as posições de muitos brasileiros com relação ao problema. E é mesmo interessante observar como elas variam, dependendo do lugar de onde vêm, e da relação mais ou menos próxima da pessoa com o quadro da violência. A maioria dos políticos, dos seus gabinetes em Brasília, sem abrir mão do uso do jargão, se diz sensibilizada e concorda que alguma providência deva ser tomada, embora aqui não se tenha notícia de nenhuma. Os prefeitos e vereadores de cidades pequenas do interior deixam mesmo entrever um certo temor por terem que responder a esse tipo de carta. Mas a mais surpreendente dessas respostas constringe pelo grau de ignorância, ao mesmo tempo em que nos deixa ver muito do ranço da ditadura que ainda tem assento em Brasília. Num cartão timbrado da Câmara Federal, a única resposta, redigida em inglês, de uma frase só, e vinda em nome do PDS, foi a do deputado Amaral Netto, algo assim como: "Vai à m... Anistia Internacional".

No dia seguinte, rumei para o encontro. Mais do que no Rio, no verão, a tarde de sexta-feira é algo sagrado para o australiano; que não pensa em trocar o seu enorme copão de cerveja por nada deste mundo. Mas esse encontro foi marcado para as seis e meia da tarde, já que a intenção era dar uma chance de participar ao pessoal que trabalha no centro da cidade. Na hora marcada, cerca de 400 pessoas, na maioria jovens, abarrotaram o auditório do museu, sentando em cada palmo de chão disponível, e até nas bordas da mesa dos oradores. No saguão sobram outras 30 que tiveram de se contentar em ouvir as palestras do lado de fora.

O primeiro a falar foi Robin Williams da televisão ABC. Em seguida, falaram, exibindo slides, Malcolm McLennan, do grupo promotor do encontro; Vivian Clerc, da Anistia Internacional; e Amanda Keller e Vanessa Shepherd de outro grupo conservacionista — o "Além do 2.000". Os números e as imagens trazidas pelas falas e pelos slides são aterradores e chocam qualquer pessoa que viva numa comunidade razoavelmente instruída. Chocam pelo grotesco e pelo fato absurdo de os governantes brasileiros não se importarem com esse tipo de crime que vem sendo cometido no Brasil. A diferença é que este não é um crime contra o indivíduo isolado, e de forma imediata, por meio de uma bala. Trata-se de um crime contra todo o país e contra todo o planeta, já que o tipo de floresta que existe na Amazônia, estamos cansados de saber, não se regenera, nem pode ser replantado. Uma vez queimado, acabou. É como o petróleo...

Não pretendo apresentar um relatório de todos os achados científicos e dos dados estatísticos com relação à queima da Amazônia e ao ritmo vertiginoso em que ela vem sendo feita. Não posso, porém, simplesmente deixar de citar os mais alarmantes: Slides feitos por satélites da NASA — e que certamente estão à disposição dos militares brasileiros — em 1982, 1985 e 1987, comparativos de uma mesma região, entre Rondônia e Acre; por exemplo, mostram um crescimento contínuo de devastação tão grande, que, para ser conseguido, vem significando a emissão de bilhões de toneladas de gases venenosos e de partículas poluentes que são jogadas na atmosfera, ameaçando não só a saúde das brasileiras e brasileiros, como a dos demais habitantes

do planeta. Outro absurdo: desprezando as imensas áreas naturais mais apropriadas para pastagens, devido a uma estrutura fundiária de estilo feudal ainda vigente, a Amazônia vem sendo queimada para abrir novos espaços para o gado. Um economista presente citou cálculo obtido no Brasil que revela o custo de um bife que chega a uma mesa na América do Norte: uma tonelada de floresta queimada!

No Brasil existem indivíduos conscientes, qualificados e grupos organizados que vêm debatendo e enfrentando o problema na medida das suas possibilidades. Mas como internacionalmente o impacto da queima da floresta é maior do que a notícia do esforço que alguns vêm fazendo para contê-la, nada disso é divulgado por aqui. Pelo contrário, e invariavelmente, toda matéria nos jornais europeus e americanos transcreve a afirmação caudillesca atribuída ao governo brasileiro, de que "a Amazônia pertence ao Brasil e não queremos que estrangeiros venham nos dizer o que fazer com ela" — sempre a mesma colocação, com ligeiras variações de forma.

Embora existam estes grupos tentando negociar com as autoridades e esclarecer a população, tudo indica, entretanto, que uma maior conscientização do povo brasileiro para esses dois problemas está longe ainda de ser conseguida. Perguntado durante o encontro, como um nativo do Brasil, como eu explicaria toda essa apatia, quando em países do primeiro mundo grande parte da população se manifesta quanto a problemas dessa gravidade, arrisquei uma resposta e para chegar a ela repartí a nossa população em quatro grupos. Uma parcela, a população rural, e especialmente a da área onde a violência explode, é de todo impotente para reverter o quadro através da violência na mesma medida — o que seria, de todo, irracional — e vem tendo seus líderes e negociadores, quando não presos, sob constante ameaça e risco de vida. Um segundo grupo é um segmento de mesmo poder aquisitivo que o anterior mas que vive nas grandes cidades. Este, mergulhado em outro tipo de violência já incorporada ao seu cotidiano, tem seus valores adaptados a ela e não se abala diante do problema. Para um morador da Baixada Fluminense ou do Grande ABC, onde diariamente mais de uma dezena de pessoas morrem de forma violenta, o que significa o assassinato de mais um seringueiro lá no Acre?

Uma terceira parcela, o grupo que por definição teria condições, se não o dever, de encaminhar soluções, é a classe política, em todas as esferas — na qual, eu creio, por otimismo e desinformação, haver alguma exceção. Mas este grupo, pelo contrário, tem grande número de seus membros comprometidos com os interesses de organizações de poder paralelo, como a UDR; ou, por outro lado, seus membros estão com o tempo todo tomado, ocupados em observar a dança das siglas partidárias e canalizando suas energias para peripécias e conchavos que lhes assegurem os empregos. A quarta parcela engloba a grande maioria da população. Esta, de tão absorvida pelos problemas criados pelas sucessivas crises na economia — muitos tentando saber o que terão para o jantar hoje, já que o dia de amanhã é um mistério —, certamente tende a ignorar tudo aquilo que não venha amenizar um pouco do seu sofrimento. E se atira, com fervor religioso, a acompanhar as anestésicas novelas de televisão.

Além desses quatro existe um grupinho muito reduzido, mas o único realmente com força se quiser tomar alguma atitude: o Poder Executivo. Embora nominalmente o Brasil esteja vivendo com todas as suas instituições democráticas em franco funcionamento, desde 1985, o número de decretos do Executivo neste atual mandato ultrapassa a casa dos dois mil. Não cabe discutir aqui se por inépcia do Legislativo, ou por comportamento atávico do presidente, saudosos de suas origens políticas; o fato é que a figura do decreto do Executivo tem raízes mais firmemente fincadas nos hábitos administrativos do Brasil do que as árvores no solo da Amazônia. Ele é a figura legal usada sem qualquer constrangimento pelo governo, quando ele quer fazer valer a sua vontade.

No caso da violência rural, se o Executivo se interessasse em vê-la diminuir ou terminar, além de promover as condições para que a lei penal vigente fosse cumprida, poderia examinar, com o olho na Constituição, a existência e os movimentos de uma força armada paralela dentro do país, que conta com um arsenal, no momento, de mais de 70 mil armas, a maioria comprada com dinheiro conseguido em leilões de gado, por uma entidade que assume de público a sua oposição a qualquer tipo de reforma agrária; mesmo com o emprego da violência.

Quando ao problema da Amazônia, a mais recente notícia, veiculada pelo *The Guardian* e transcrita aqui pelo *Sydney Morning Herald*, de 16 de fevereiro, dá conta de algumas medidas "drásticas" visando à proteção da floresta, medidas que incluem a retirada de 40 mil garimpeiros de Roraima, a proibição do uso de mercúrio na mineração do ouro, a suspensão dos subsídios aos derrubadores da mata etc. *The Guardian* fala também da criação de uma guarda ambiental especial. Tudo isso soa coerente apesar do nível de credibilidade das medidas deste governo não ser dos mais altos. Seria válido, já que se fala em uma guarda ambiental ostensiva, se engajar também as Forças Armadas nesta tarefa, já que a devastação, no ritmo alucinante em que se vem processando, se configura como um problema de segurança nacional — e, por que não dizer, planetária. Know-how e experiência não lhes faltariam para deter incendiários. Porque nessa mesma floresta amazônica, onde hoje vêm irrompendo focos de incêndio, na década de 70, outros focos, menos visíveis do que as chamas de um incêndio, os de guerrilha, foram sumariamente esmagados pelos militares brasileiros.

Finalmente, quanto à preocupação de artistas, de grupos ecológicos e de ambientalistas do exterior, o povo e o presidente podem estar tranquilos. As multinacionais que querem a Amazônia já estão lá, já estão fazendo os estragos que foram incentivadas a fazer. E para conseguir esses incentivos não fizeram alarde. Pelo contrário, esse tipo de negócio se faz sussurrando nos escritórios. No mundo todo o que existe, de agora, é um grande gesto de carinho com uma ponta de desespero; uma atitude de se querer curar as grandes feridas que foram abertas nesta preciosidade da natureza que é a Amazônia. Para isso, sim, se fazem concertos de rock, passeatas e atos públicos. O que esses grupos barulhentos querem — e somente isso — é que a Amazônia, restabelecida, continue fornecendo e purificando o ar que o mundo respira, o ingrediente básico à nossa vida, à vida dos nossos filhos e dos filhos que eles terão. Não importa se na Austrália ou no Brasil.